

APRESENTAÇÃO

PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO: DESAFIOS NOS ESTADOS

Ari Raimann*

Camila Alberto Vicente de Oliveira**

Elizabeth Gottschalg Raimann***

Organizadores

O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Conselho Municipal de Educação no Brasil, GEP-CMEBr desenvolve pesquisas, reflexões e análises sobre os Conselhos Municipais de Educação (CME) a partir de uma investigação nacional (2014-2017) que reuniu instituições e pesquisadores de quatro estados da federação (MG, MT, MS, GO) com financiamento do CNPq. Atualmente, decorrente das experiências interinstitucionais vivenciadas no interior dos grupos de pesquisas envolvidos, ao mesmo tempo em que estes davam continuidade às investigações sobre os Conselhos, o Grupo tem-se ocupado de desenvolver nova pesquisa interinstitucional com a temática: acompanhamento e análise da implementação e do controle social dos Planos Municipais de Educação: a atuação dos Conselhos Municipais de Educação no Brasil (2018-2022). Objetiva-se avaliar os procedimentos adotados pelo CME para realizar o acompanhamento e controle social da implementação dos Planos Municipais de Educação nas regiões onde os pesquisadores se encontram.

No contexto da elaboração dos Planos Municipais de Educação no Brasil e a sua implementação, a partir da promulgação da Lei n.º13.005/ 2014 (BRASIL, 2014) que instituiu o Plano Nacional de Educação, os municípios, assim como Estados e o Distrito Federal, deveriam avaliar e acompanhar a implementação dos seus respectivos planos de educação. Segundo a lei o “seu cumprimento é objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), pelas comissões de educação da Câmara e do Senado, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Fórum Nacional de Educação.” (BRASIL, 2014, p. 8).

Neste cenário, apresenta-se fundamental o papel dos Conselhos Municipais de Educação na implementação e na promoção do controle social dos Planos Municipais de Educação (PME), ou seja, o município deve contar com a participação da sociedade na elaboração e implementação do PME local. Considerando o explicitado, reunimos neste dossiê nove artigos que tratam dos Planos Municipais de Educação, bem como de movimentos a eles relacionados, resultados de pesquisas em andamento, apontando as tensões, os embates, a participação, a representatividade e a mobilização por parte da sociedade civil no processo de (re)elaboração e implementação dos respectivos PMEs das cidades pesquisadas.

Sob o título *A atuação do COMED na garantia do direito à Educação Infantil prescrita no Plano Municipal de Dourados-MS*, Andréia Vicência Vitor Alves e Alessandra Domingos de Souza, mediante pesquisa documental, destacam o Conselho Municipal de Educação do município pesquisado apresentando uma atuação importante na organização da Educação Infantil, especialmente nos aspectos da aferição da infraestrutura física, do quadro de pessoal, das condições de gestão, dos recursos pedagógicos, da situação de acessibilidade, entre outros aspectos indispensáveis para a qualificação da educação infantil.

Gilsemara Vasques Rodrigues Almenara e Paulo Gomes Lima, em *O Plano Municipal de Educação de Sorocaba: a construção da gestão democrática na educação*, apresentam uma análise da atuação

do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba/SP, durante o período de elaboração do Plano Municipal de Educação, sob a gestão do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB. Pela investigação os autores concluem que o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba/SP contribuiu para a democratização da gestão pública do município, mesmo diante de enfrentamentos políticos que tomaram lugar nas etapas preparatórias do Plano Municipal de Educação. Os resultados indicam que, apesar do aspecto positivo da busca por participação, ainda existe um longo caminho a ser percorrido que substitua a forma atual de funcionamento, mais burocrática.

Antônio Bosco de Lima, ao defender *Cidades educadoras: concepção e realidades em Uberlândia/MG e Sorocaba/SP*, com o recorte temporal de 1990 a 2019, analisa o movimento que decorre da criação dos Planos Municipais de Educação. Este artigo, resultado de pesquisa documental, expõe os princípios básicos constituídos internacionalmente e nacionalmente sobre as Cidades Educadoras, destacando duas cidades da Região Sudeste do Brasil, reputadas como polos econômicos em suas microrregiões.

O quarto texto deste dossiê, de Egeslaine de Nez, Cecília Barreto Almeida e Mara Rubia Aparecida da Silva, sob o título: *Conselho Municipal de Educação: participação e monitoramento do Plano Nacional de Educação*, destaca o papel dos Conselhos Municipais de Educação de articular e mediar as demandas junto aos gestores. A pesquisa de caráter documental destaca o processo de participação do Conselho no monitoramento das ações municipais para o cumprimento do Plano Nacional de Educação.

Em *Educação Infantil no Plano Municipal de Educação de Jataí/Goiás: vicissitudes e conquistas*, resultado de pesquisa documental, com viés qualitativo, Camila Alberto Vicente de Oliveira e Fernando Silva dos Santos, tratam da educação infantil no PME de Jataí/GO. Os autores destacam a relevância desse nível de ensino e como o mesmo vem sendo tratado no PME. A análise considerou dois documentos: PME construído pela sociedade organizada e a versão que foi aprovada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Poder Executivo, em 2015. A educação infantil - primeira etapa da educação básica, inegavelmente, é entendida como um momento decisivo da formação escolar e humana - das futuras gerações.

Ari Raimann e Rosângela Henrique da Silva Farias, em *Monitoramento e avaliação do PME de Jataí-GO: desafios da educação*, debatem o processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Jataí-GO, procurando identificar sincronias e discrepâncias entre as duas dimensões. A pesquisa documental baseada na perspectiva histórico crítica busca desvelar o que permeia os discursos presentes nos textos oficiais por slogans produzidos pelo capital. Os autores concluem que é possível vislumbrar possibilidades de um projeto de sociedade, de educação e de ser humano sustentado por uma qualidade socialmente referenciada, embora o forte empenho do sistema em manter a situação reinante.

No artigo *O Fórum Municipal de Educação como espaço de representação e participação na elaboração do Plano Municipal de Educação de Goiânia/GO*, Elizabeth Gottschalg Raimann e Lilian Jacqueline de Oliveira Souza Ribeiro, problematizam a atuação do Fórum ao longo do processo de reelaboração do PME (2015-2025) do município de Goiânia, considerando as metas que tratam da valorização do magistério. A pesquisa, de caráter documental, destaca a representatividade das entidades que compõem esse órgão e o seu caráter participativo. Concluem as autoras que não houve um envolvimento significativo por parte dos segmentos que representam a classe do magistério, ficando restrito a uma participação formal na reelaboração das metas 15 a 18.

Sob o título: *O Plano Municipal de Educação de Dourados-MS (2015-2025): o movimento em torno da gestão democrática da educação*, Nilson Francisco da Silva e Maria Alice de Miranda Aranda desenvolvem análise em relação à Meta 19 (dezenove), que trata dos imperativos relacionados ao princípio da gestão democrática da educação. Com base em pesquisa documental e empírica realizada no município de Dourados-MS, os autores constatam que ainda há uma ausência

considerável de normativos legais que melhor explicitem a definição de gestão democrática da educação, bem como as proposições de uma Lei de Gestão Democrática em âmbito local, em consonância ao previsto no PME/Dourados/MS/2015-2025.

Por fim, com o artigo intitulado *Planos Municipais de Educação de Mato Grosso do Sul: monitoramento e avaliação na região do Cone Sul*, Fabio Perboni e Josiane Caroline de Souza Salomão Corrêa apresentam o resultado de pesquisa interinstitucional, envolvendo os contextos destes dois Estados. A pesquisa analisa o processo de monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação em sete municípios que compõem a região do Cone Sul do Mato Grosso do Sul. A análise aponta que os municípios apresentam dificuldades em efetivar um processo participativo de monitoramento e avaliação que, dessa forma, se convertem em atividades tecnoburocrática, restritas ao preenchimento de informações para os órgãos nacionais.

*Doutor em Educação (UNESP/FCLAr). Professor da Educação Superior na Universidade Federal de Goiás (UFG)/Regional Jataí - Unidade Acadêmica Especial de Educação (UAEDU) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). E-mail: raimann04@gmail.com.

**Doutora em educação – FE/USP (2013). Docente vinculada à Unidade Acadêmica Especial de Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí. Jataí – GO. E-mail: camilaoliveira.ufg@gmail.com.

***Doutora em Educação (UFU). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação e do curso de Pedagogia na Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí. E-mail: elizabethraimann@gmail.com.

Recebido em 10/06/2019

Aprovado em 10/07/2019